

Trivium e Quadrivium: As Artes Liberais na Idade Média. Mongelli, Lênia Márcia (coord.). Cotia: Ibis, 1999.

Durante a Idade Média a educação estava, fundamentalmente, centrada no estudo das Artes Liberais, divididas em duas bases: o *Trivium* e o *Quadrivium*. O *Trivium* constituía-se na formação voltada para a construção dos argumentos e da conversação; dele faziam parte a Gramática, a Dialética e a Retórica. São as artes sermocinais e foram assim definidas por Hugo de Saint-Victor: "A gramática é o conhecimento de como falar sem cometer erro; a dialética é a discussão perspicaz e solidamente argumentada por meio da qual o verdadeiro se separa do falso; e a retórica é a disciplina da persuasão para toda e qualquer coisa apropriada e conveniente". O *Quadrivium*, por sua vez, era composto pelas artes reais: a Aritmética, a Geometria, a Música e a Astronomia. Em grande parte do período medieval, o *Trivium* e o *Quadrivium* foram os pré-requisitos para o estudo da Teologia, mas sua importância cresceu à medida que os conteúdos das diversas artes liberais foram se expandindo, levando os estudiosos ao alargamento dos campos de pesquisa.

A obra *Trivium e Quadrivium: As Artes Liberais na Idade Média*, lançada pela editora IBIS, busca mostrar ao leitor contemporâneo, mesmo àquele não especializado, em que consistiu o projeto educacional da Idade Média. O estudo da educação medieval, tendo por base as Artes Liberais é, sem dúvida, uma iniciativa bastante pertinente, uma vez que estas constituem a "base mais coesa para qualquer reflexão sobre o assunto". Em verdade, elas foram sistematizadas por volta do século V e continuaram sendo objeto de interesse por parte dos estudiosos, mesmo depois do advento das universidades. Com este intuito, foi convidado um especialista de cada área, que deveria produzir um artigo de forma crítico-descritiva, referente a cada uma das artes liberais. A coordenação do trabalho coube à professora Lênia Maria Mongelli. Como um projeto de tal monta necessariamente enfrentaria dificuldades em manter a uniformidade, coube à introdução geral da obra, elaborada pela professora Tereza Aline Pereira de Queiroz, o papel de preencher as lacunas de informação que, eventualmente, tenham faltado nas sete grandes partes do livro, cada uma delas dedicada a uma das artes.

A obra pretende abordar uma série de temas referentes ao sistema de ensino medieval, tais como: a função e estrutura da escola, quem eram os mestres e os

discípulos, de que modo se processou a educação ao longo deste vasto período, as características do saber e sua transmissão no âmbito monástico e clerical, a influência da antiguidade greco-romana (reconhecida e tratada com apreço pelos autores). Há também uma “questão decisiva”: *Como conciliar a complexidade das eventuais respostas aqui entrevistadas com a imagem de ‘trevas’ atribuída à Idade Média?* Estes e outros temas perpassam toda a obra, e as diversas respostas estão pinceladas nos vários artigos, todos eles elaborados com propriedade, preocupação histórica e rigor científico.

É interessante notar que cada um dos autores procedeu a um riquíssimo levantamento histórico, situando o objeto de sua pesquisa não apenas no âmbito do período medieval (o que, por si só, já seria um trabalho de fôlego), mas também retrocedendo à antiguidade, à Grécia e à Roma antigas, a fim de possibilitar ao leitor uma melhor compreensão da recepção obtida por aquela disciplina na Alta Idade Média e seus desdobramentos posteriores. Seria, igualmente, grave omissão deixar de ressaltar a preciosa relação bibliográfica indicada pelos diversos comentadores, ao final de suas exposições. De fato, a bibliografia indicada, além de revelar as qualificadas fontes dos pesquisadores, possibilita ao leitor interessado o aprofundamento da reflexão.

Como já foi dito, a exposição das diversas disciplinas que constituem o *Trivium* e o *Quadrivium* é precedida por uma *introdução*, intitulada “Aprender a Saber na Idade Média”, onde a autora, a professora Tereza Aline Pereira de Queiroz mostra que entre os séculos V e XV há uma defasagem entre o mundo concreto e o saber curricular. Nota-se mesmo que “uma fração reduzida das sobrevivências medievais que nos impressionam hoje em dia dependeram de uma escolaridade formal”. Feita esta constatação, a autora passa a discorrer sobre os grandes marcos da história medieval da aprendizagem, iniciando pelo período da desintegração do império romano, onde a intelectualidade cristã buscava na tradição cultural clássica um suporte para o cristianismo, o que não impediu a originalidade do pensamento dos Padres da Igreja, que procuravam “dar substância filosófica, moral e institucional aos ensinamentos de um mestre espiritual”. Aborda também as origens do monaquismo com seus sistemas de formação, nada teórico no Oriente, enquanto, no Ocidente, era sustentado pela tríade rezar, trabalhar e estudar, a partir da proposta de São Bento.

Preparando o que vai ser explicado detalhadamente, ao longo da obra, a introdução mostra os diversos nomes que contribuíram para a difusão e aperfeiçoamento das artes liberais na Idade Média: Cassiodoro, Boécio, Isidoro de Sevilha, Beda, entre outros, ressaltando, contudo, que “a institucionalização, ao menos teórica, do *Trivium* e do *Quadrivium* como suportes metodológicos e de conteúdo da educação masculina – em princípio meninas não estudavam – talvez possa ser localizada nos tempos carolíngios”, graças ao papel importante exercido por Alcuíno”, nome que, diga-se de passagem, é ressaltado por todos os demais autores.

A partir do século XI, bem mostra a Professora Tereza Queiroz, com o fortalecimento da vida urbana, a cultura formal desloca-se das grandes abadias para as cidades, onde as escolas episcopais assumem uma importância maior, e de onde

surgirão as universidades, entendidas como “uma corporação, uma guilda, uma reunião de pessoas com interesses comuns”, cujos estudos seguiam o sistema do *Trivium* e do *Quadrivium*. A partir daí, a autora, com propriedade e riqueza de detalhes, discorre sobre o que era estudado e de que forma era estudado nos séculos seguintes, para concluir que “os saberes do *trivium* e do *quadrivium*, além de serem ministrados a uma parcela mínima da população, a que freqüentava escolas e universidades, só deixou marcas indiretas na cultura medieval”, pois os conhecimentos que dirigiam o dia-a-dia estavam distantes da educação formal, o que não impede, contudo, a percepção de sua importância.

A análise do *Trivium* começa com o comentário do Prof. Evanildo Bechara sobre aquela arte que sempre foi elencada em primeiro lugar, a *Gramática*. O autor destaca algumas obras que foram largamente utilizadas, como instrumento de ensino, tais como o *Ars Poetica* de Horácio, o *Barbarismus*, a *Ars Minor* e a *Ars Maior* de Donato, bem como a célebre *Institutio de Arte Grammatica* de Prisciano. O prof. Bechara mostra o trabalho gramatical na Idade Média em dois momentos significativos: o primeiro (séculos VIII a XII), é marcado pela forte influência das obras de Donato e Prisciano, seguindo a “teoria, a metodologia e a pedagogia transmitidas pela tradição romana”, embora já apresentando algumas alterações devido às influências da orientação teológica e da exegese espiritual, pois as obras romanas faziam referências a autores pagãos, provocando um certo choque com a mensagem cristã. Também a sintaxe e o léxico não eram os mesmos do latim bíblico da Vulgata. O ensino da Gramática, contudo, foi sempre importante. Antes de passar para o segundo momento, Bechara destaca o trabalho dos “enciclopedistas”, que marcam a ligação entre o período clássico e o medieval. Mas, a partir do século XII, como mostra o autor, a Gramática terá um novo sentido, passando a ser considerada como uma questão em si mesma. Tal mudança de perspectiva coincide, não por acaso, com a substituição do pensamento platônico pelo aristotélico, muito embora reconheça o autor a renovação metodológica e conceitual, sofrida pela Gramática, já estivesse prenunciada no *De Grammatico* de Santo Anselmo. No entanto, a tradução dos tratados aristotélicos fez com que a Lógica ocupasse um lugar de destaque, influenciando na atividade gramatical, fazendo com que esta assumisse um papel especulativo, suscitando novas questões.

O estudo da *Retórica*, elaborado pela Professora Lênia Márcia Mongelli começa com a análise etimológica, reveladora da ambigüidade do termo. Após, a autora mostra como, na Idade Média, a Retórica se encontrava intimamente ligada às demais artes liberais, particularmente à Gramática e à Dialética. Analisa também o papel da Retórica na Grécia antiga, onde se destaca sua vertente filosófica, e na Roma antiga, assume um papel mais prático, fazendo-se presente na sala de aula, da mesma forma que a Gramática. No período medieval, a Retórica, inserida no contexto religioso da época, “visará a fornecer doutrinação e argumentos para a salvação dos cristãos... A sabedoria funde-se à religião e os sacerdotes são os novos doutores das Artes, colocando o saber profano a serviço do esclarecimento dos mistérios bíblicos”.

O comentário sobre a *Dialética* coube à professora Celina Lértora Mendoza, que inicia mostrando a identificação entre Dialética e Lógica no âmbito medieval, uma vez que a Dialética é entendida como “o estudo das formas de pensamento e de argumentação”, denominação que foi transmitida aos medievais por Boécio e Martianus Cappela. A autora fala da relação da Dialética com as demais disciplinas do *Trivium*, a fim de melhor analisar sua função na educação medieval, mostrando que “ao homem medieval a Lógica interessou como uma arte do pensar correto, como um conjunto de regras e de modos de operar que permitiram fazer afirmações com certeza, sobretudo aquele tipo de afirmações que mais lhe interessavam, as relativas a seus principais problemas” A autora detém-se, igualmente, sobre os diferentes períodos, traçando um panorama da Dialética medieval, abordando tanto o avanço dos temas, como as formas de produção e de comunicação. Conclui o artigo com algumas interessantes considerações sobre o valor, nem sempre reconhecido, da Lógica medieval. Apresenta também uma relação dos principais nomes com suas respectivas contribuições para o pensamento lógico daquele período.

A análise do *Quadrivium* abre-se com o artigo do Prof. César Polcino Milies sobre a *Aritmética* medieval. A fim de melhor compreendê-la, o autor remonta à antiga Roma, dada a forte relação existente entre a Aritmética medieval e a romana. Salienta que, comparada à grega, a Matemática praticada em Roma e na Idade Média não apresenta tantos “progressos”, em parte devido ao fato de que a numeração romana, apesar de ter sido um instrumento adequado para o registro dos números (em que pese as dificuldades inerentes), mostrou-se limitada no que tange ao trabalho com as operações aritméticas. O autor comenta também a apresentação da Aritmética nos tratados de Boécio, Cassiodoro, Isidoro de Sevilha e Alcuíno. Explica que a Matemática foi vista pela Igreja como uma “boa preparação para os intrincados raciocínios teológicos”, bem como um instrumento necessário, tendo em vista sua aplicação no calendário, a fim de bem marcar as datas das festas religiosas. Após mostrar os vínculos existentes entre Matemática e Astrologia e Matemática e Medicina, o Prof. César Milies apresenta inúmeros e interessantes exemplos a fim de possibilitar ao leitor uma melhor compreensão dos métodos operatórios utilizados na Idade Média. Conclui apresentando a “teoria dos números”, especialmente em Boécio e sua *De Insitutio Arithmetica*.

O comentário sobre a *Geometria* coube ao Prof. Eduardo Carreira que discorreu sobre os “Limites e Grandezas do Pensamento Geométrico na Idade Média”, mostrando-nos que, mais do que os documentos, são os monumentos que evidenciam um “sugestivo conhecimento geométrico, que se conserva a despeito de tudo; e mais, desenvolve-se com criatividade”, pois o estudo da Geometria medieval supõe a percepção da “natureza cultural mais dilatada” da Geometria, ou seja, suas relações com a vida cotidiana. O Prof. Carreira mostra como a obra de Agostinho sobre as Artes Liberais é paradigmática do modo como a Geometria é vista na Idade Média: *O elogio formal, a incompletude e o silêncio sobre os conteúdos – são exatamente aquilo que impressiona na História da Geometria medieval*. Tal situação não impede, porém, a manifestação da “dimensão empírica e mais antiga da Geometria”, fazendo com que esta pudesse ser uma “expressão de idéias e arquétipos transcendententes”. O autor finaliza sua reflexão, mostrando como a Europa medieval, após

o milênio, a partir de processos pluridimensionais de intercâmbios, sofre grandes modificações que também se refletem na Geometria, fazendo com que, no século XIII, se perceba um “debate especializado e bem sustentado”, que faz vislumbrar um tímido anúncio do Renascimento italiano.

O prof. Gerardo Huseby mostra um esboço do processo sofrido pela *Música*, desde o período grego, até o final da Idade Média, época em que a Música se aproxima um pouco mais da atual concepção que temos desta arte. Salienta o autor a ambigüidade da Música no pensamento cristão medieval, pois ela foi, *ao mesmo tempo, meio de elevação espiritual e imagem da harmonia divina e instrumento demoníaco e fonte de corrupção*. Estas duas concepções, presentes no De Musica agostiniano, perpassam a Idade Média. O autor percorre com profundidade a história da Música medieval, seu desenvolvimento teórico e prático, seu uso na liturgia, a evolução do sistema de notação musical, mostrando que *por um lado a Música já não ocupará os elevados setiais metafísicos em que foi colocada pelo pensamento clássico grego e em que permaneceu durante séculos; por outro lado, passará a ser considerada em termos de suas técnicas compositivas, de sua beleza e do prazer que sua erudição provoca*.

A última parte da obra refere-se ao comentário sobre a *Astronomia* medieval, onde o Prof. Amâncio Friaça, depois de prestar esclarecimentos sobre o uso dos termos *Astronomia* e *Astrologia* na Idade Média (quem primeiro fez a distinção foi Isidoro de Sevilha), discorre sobre a *Cosmografia* medieval, apresentando-a na perspectiva de diversos autores. Destaca também a presença de uma nova concepção da *Astronomia* a partir dos estudos efetivados sob o impulso do Império Carolíngio. Ressalta, igualmente, a inestimável contribuição que a Europa cristã recebeu da *Astronomia* islâmica, a partir do ano 1000, o que vai provocar um “redespertar da *Astronomia* observacional”, tendo em vista a utilização de novos instrumentos. O autor mostra também as peripécias que envolveram, a começar no século XIII, a presença da totalidade da obra de Aristóteles no ocidente e suas conseqüências no campo da *Astronomia*. Aborda, igualmente, o conflito entre físicos e matemáticos e mostra também como a *Optica*, a partir de Grosseteste e Roger Bacon, se torna a ciência física básica. Conclui sua reflexão com uma análise do que chama “a cosmologia da luz”, mostrando que, *em contraste com a Física aristotélica, que concebia movimentos naturais muito distintos para corpos celestes e corpos terrestres e que separava a Física e a Astronomia em domínios estanques, os luminólogos eram Astrofísicos, pois acreditavam que as mesmas leis físicas se aplicavam a todo o universo*.

Sem dúvida, a obra *Trivium e Quadrivium: As Artes Liberais na Idade Média*, neste momento em que, pouco a pouco, aprofundam-se no Brasil, os estudos sobre a Idade Média vêm mostrar-nos que o pensamento medieval soube cultivar de modo ímpar um desejo profundo de conhecer, sem temer os intercâmbios e as novidades, por mais que pudessem ser dificultosos. Fala-se muito, hoje, na necessidade de integração dos conhecimentos, na busca da interdisciplinaridade. Pois bem, como nos mostram os autores de *Trivium e Quadrivium*, a Idade Média, não obstante as vicissitudes enfrentadas, tem interessantes exemplos a nos oferecer.

MANOEL VASCONCELLOS

La Materia – de Avicena a la Escuela Franciscana.

Antonio Pérez Estévez. Ediciones de la Universidad Zulia.
Maracaibo (Venezuela), 1998. 477 p.

Finalmente surge um estudo exaustivo sobre a noção de matéria dentro da Escola Franciscana, de Boaventura até Duns Scotus. Durante longos anos, o autor pesquisou em arquivos de universidades e bibliotecas européias, obtendo, como resultado, um denso volume que constitui, sem dúvida, o que de melhor existe sobre o tema.

Nos capítulos iniciais é realçada a importância da noção de matéria dentro da Filosofia (e da Física) e são analisadas as definições de Platão e Aristóteles. Depois, chega-se ao pensamento árabe, principalmente o de Avicena e Averróis. Para estes, que conhecem a doutrina da criação, torna-se necessário explicar não só a função da matéria na composição dos seres, mas também a origem dela e sua relação com Deus. Discordando, porém de Ernst Bloch, o autor afirma que, a este respeito, foi Averróis, e não Avicena, que maior influência exerceu sobre o pensamento medieval.

No estudo dos medievais, inicia com o contraponto representado pelo pensamento de Tomás de Aquino, para quem a matéria sem forma nem existe nem tem a possibilidade de existir. Seguem-se depois exposições sobre os franciscanos Boaventura, João Peckham, Rogério Marston, Pedro de João Olivi, Ricardo de Mediavilla e Duns Scotus. Para os franciscanos, se a matéria é tão somente possibilidade, sem nenhuma atualidade, então trata-se de um puro nada, pois não existe intermediário entre o ser e o não-ser. Daí serem eles de opinião que é necessário afirmar uma forma de existência da matéria sem a forma, embora, enquanto tal, ela não possa ser conhecida, pois a forma é o princípio de conhecimento, como observa Duns Scotus. Caso não fosse possível elaborar uma teoria da existência da matéria sem a forma, parece-lhes que, igualmente, não se poderia falar de uma teoria hilemórfica, mas de um monismo formalizante, na medida em que a forma daria também o ser à matéria.

Como bem observa Pérez Estévez, ao predomínio excessivo da forma no modelo de Tomás de Aquino, e ao excessivo da matéria em Mediavilla e Olivi, surge como intermediário o equilíbrio de Boaventura, Marston e Scotus. Mas não serão eles os que encontrarão eco na ciência futura. Nos passos de Mediavilla e Olivi, Giordano Bruno vai elevar a matéria à condição de “única e verdadeira substância eterna dos infinitos mundos que nos rodeiam” (p. 456). Assim estava aberto o caminho a Spinoza e ao materialismo da modernidade.

JOICE BEATRIZ DA COSTA

A Universidade Medieval.

Reinholdo A. Ullmann. Edipucrs. 2ª ed. 2000. 488 p.

A universidade foi a instituição mais característica da Idade Média. A perfeição técnica de sua organização fê-la chegar até nossos dias sem mudanças substanciais. Em quase cinco centenas de páginas distribuídas por 17 capítulos, Reinholdo Ullmann apresenta a segunda edição, ampliada, de uma obra que, sem dúvida marcará os estudos de filosofia medieval no Brasil e que, seguramente, conta-se entre os melhores textos produzidos no mundo até hoje sobre o tema.

Na obra é apresentado o 'caldo de cultura' do qual ela surgiu; trata-se de seu crescimento e amadurecimento e enfim da crise por que passou no início dos tempos modernos. Alguns temas, conhecidos de modo genérico, são explicados em detalhes. É o caso, entre outros, dos *studia*, *collegia*, *nationes*, *philosophia ancilla*, *theologiae*. Há, porém, páginas quase totalmente desconhecidas até mesmo do público acadêmico, como as do antológico capítulo VIII, onde é descrita a vida cotidiana de alunos e docentes. Vê-se, por elas, que os abusos na recepção dos calouros, os eternos alunos, o álcool e as mulheres a atrapalhar os estudos, as trapaças, as rixas, o nepotismo, os professores acomodados, etc. não são problemas tão só de nossa época.

Comparando as duas edições da obra, constata-se o trabalho metódico do autor, atualizando a bibliografia, revendo alguns de seus juízos anteriores (como, por exemplo, o que fora dito a respeito de Guilherme de Ockham), e mesmo acrescentando novos capítulos ou parte de capítulos (devendo-se citar como modelar o que trata do humanismo na Idade Média).

Elogiem-se, por fim, os índices de nomes e analítico, algo não muito comum em livros brasileiros, mas sumamente útil ao trabalho acadêmico.

URBANO ZILLES
LUIS ALBERTO DE BONI

* * *

Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média.

Macedo, José Rivair. São Paulo / Porto Alegre:
Editora UNESP/ Edufrgs, 2000, 277p.

O ser humano é notoriamente um ser político, conforme a afirmação de Aristóteles e, da mesma forma, percebe-se que ele é também o único que tem como expressão cultural o riso. Neste livro o autor trata do riso a partir de sua historicidade, especialmente no contexto social da Idade Média. O estudo da obra levanta questões interessantes como: qual o espaço do risível na história? por que uma história do riso?

O riso é visto pelo autor como uma manifestação cultural do ser humano, exigindo, para sua análise, que se o considere lá onde ele se mistura com a contextualidade social de cada período. Ele representa uma manifestação de contestação ou aceitação das idéias de uma época. Na Idade Média significou um apelo de liberdade de expressão dos indivíduos. Talvez seja este um dos motivos para uma forte tradição daqueles tempos, que buscava provar que Cristo jamais sorriu (c. 2).

O tema proposto é aqui abordado sob diferentes prismas: desde o *homo ridens* ao *homo risibilis*. As culturas antigas, as culturas urbanas, a teologia, a iconografia, os provérbios, a literatura edificante e a aristocrática laica são os lugares onde o riso manifestou-se fortemente; voltando-se para elas, o autor mostra diversas maneiras de como o riso foi encarado. Apresenta-se em *Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média* uma possibilidade de interpretação do riso. É, portanto, um estudo de cunho historiográfico que tem por objetivo revisitar os caminhos marcados pela presença do riso no contexto social das diferentes culturas e épocas, especialmente na Idade Média.

JOICE BEATRIZ DA COSTA

* * *

A Ciência e a Organização dos Saberes na Idade Média.

Luis Alberto De Boni (org.). Porto Alegre. Edipucrs, 2000. 371 p.

O volume contém um conjunto de 22 textos, apresentados em um simpósio de Filosofia Medieval, na Universidade São Francisco de Assis de Bragança Paulista. Trata-se, sem dúvida, de um volume de alto valor, pois são relativamente raros no mundo os livros – e mesmo os artigos – dedicados ao tema. Com isso, tem-se uma visão global das pesquisas e debates, em um período que vai desde Plotino até os humanistas. Por tal motivo creio que o livro veio para ficar, para ser citado pelo medievalistas de todo o mundo, tal como acontece com o volume anteriormente produzido pelo grupo brasileiro de Filosofia medieval, intitulado *Ética e Política na Idade Média* (Porto Alegre, Edipucrs, 1997).

Como observa Urbano Zilles, nas orelhas da capa, os textos “apresentam iterativamente duas perguntas ante as quais se depararam os medievais, e que não são estranhas aos pensadores modernos. A primeira delas trata de saber como podem ser divididas e classificadas as ciências [...]. A segunda preocupa-se com a definição de ciência e com o problema crucial de explicar como a Teologia, que tem por objeto Deus, pode ser classificada como científica.”

Os trabalhos que se atêm à primeira questão abordam o tema de formas variadas e nos mais diversos autores. Ora, se são de todos conhecidas as posições de alguns pensadores, não o são tanto as de outros, como Joaquim de Fiore e Pedro Hispano. Já quanto ao problema da recepção da Teologia como ciência, há trabalhos de alto nível referentes a Hugo de São Víctor, Tomás de Aquino, Duns Scotus e Ockham.

Alguns textos chamaram-me a atenção (o que não significa, com isso, que esteja menosprezando outros, pois julgo-os todos do mais alto nível). São eles: “La configuración de la ciencia teológica: de Hugo de San Víctor a Tomás de Aquino”, de E. Reinhardt e J. I. Saranyana (pela abrangência); “As duas faces da ciência de acordo com Tomás de Aquino”, de C. A. R. Nascimento (pela perfeição técnica); “Métodos e ordem das ciências no *Comentário sobre o De anima* de Pedro Hispano”, de J. Meirinhos (pela perfeição do detalhe); e “La scienza secondo Guglielmo di Ockham”, de F. Bottin (pela modernidade como é apresentado o pensador).

IDALGO SANGALLI

Filosofia Medieval: Textos.

De Boni, Luis Alberto. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, 420 p.

Esta obra nasceu da decisão do professor De Boni em traduzir os textos de diferentes pensadores medievais, os quais, ao longo de sua vida acadêmica, trabalhou com os alunos nas aulas de filosofia medieval na UFRGS e, mais recentemente, na PUCRS. Ela é o resultado de um esforço, de pelo menos duas décadas que teve, como objetivo didático, propiciar aos não leitores da língua de Cícero o acesso aos textos através de uma confiável tradução. Ler em latim, hoje, é para poucos, pois em grande parte esta língua perdeu o seu valor, principalmente, como bem observa Urbano Zilles na orelha da obra, “a partir de 1960, de maneira muito rápida, a língua de Cícero perdeu espaço: nem os acadêmicos se comunicam nela, e nem a Igreja reserva-lhe a importância de outrora”.

A tradução, portanto, voltou a ser, como na Idade Média, a fonte para a leitura dos textos clássicos, realidade esta que, como percebeu U. Ecco nos aproxima do espírito, do contexto daquele época. É de esperar que ela sirva, também, para despertar o interesse de outros estudiosos (da área de filosofia medieval e de outras áreas) em traduzir textos do latim, do grego, do alemão, do francês, para nosso língua.

O itinerário da obra está preenchido por 22 pensadores, indo de santo Agostinho até Nicolau de Cusa, cada qual acompanhado por uma breve notícia histórica e biográfica. Entre estes, encontram-se alguns textos que, pela primeira vez, foram traduzidos para o português como: *A divisão da natureza* de Scotus Eriúgena, *Sic et Non* de Pedro Abelardo, *Sobre o bem supremo* de Boécio de Dácia, *Compêndio* de Nicolau de Cusa, entre outros. Se, por um lado, falta-lhe um fio condutor ou um tema, por outro, a obra está repleta do próprio espírito daquela época: a diversidade de paradigmas (temas). O autor, em sua interessantíssima introdução, põe questões importantes como: “Mas, o que é mesmo Idade Média? O que é Filosofia Medieval?” (p. 26); que servirão de matriz preparatória para pensar e ler os textos dos filósofos do medievo que foram cuidadosamente traduzidos.

JOICE BEATRIZ DA COSTA

Liber de Causis.

Introdução, tradução e notas de Jan Gerard Joseph Ter Reegen.
Porto Alegre: Edipucrs, 2000, 172 p.

Repensar o lugar e a filiação da obra *Liber de Causis* – e traduzi-la – é a maior tarefa proposta pelo professor Ter Reegen, que preparou uma cuidadosa tradução e uma notável introdução. Nesta, o período histórico serviu como guia para o autor expor seus aprofundados estudos sobre o tema.

Quem foi o autor do *Liber de causis*? A pergunta provoca curiosidade e as respostas foram muitas. A primeira hipótese levantada, destruída depois por Tomás de Aquino, é a de que Aristóteles seria o autor da obra, parecendo ser esta uma complementação do livro da *Metafísica*. O contexto desta teoria foi o das universidades, então em seu auge, e o das traduções de Aristóteles para a língua latina. A autoridade de Alberto Magno, entre outras, defendia a autoria aristotélica do *LdC*, que chegava ao Ocidente em tradução-comentário dos árabes.

A segunda hipótese, de Adriaan Pattin, atribui a Avendauth, filósofo judeu, também conhecido como Abraham Ibn Daoud (520). Uma terceira hipótese, defendida por Cristina d'Ancona, atribui a al-Kindi. Ter Reegen, após avaliar cada uma das colocações, observa que tanto Avendauth como al-Kindi foram influenciados por Proclo, mas, na realidade, nenhum deles é o autor. Tudo o que se pode dizer a respeito é que a obra surgiu no ambiente do neoplatonismo, mas traduzida, em algumas de suas partes, e devidamente adaptada por algum pensador árabe que, provavelmente, jamais saberemos quem foi.

O fato de haver sido comentado por inúmeros medievais, por parecer a mais importante resposta filosófica a respeito de Deus e de sua relação com o mundo, fez com que o *LdC* tivesse uma vida de cerca de 100 anos de profunda influência na Filosofia e na Teologia do Ocidente. Tomás de Aquino, com seu admirável trabalho de crítica textual, acabou por retirá-lo do centro de atenções da academia medieval.

JOICE BEATRIZ DA COSTA